

Bastidores

Corrupção



Reprodução

O Fundo Nacional de Combate à Corrupção foi aprovado nesta semana no Senado. Ele será vinculado ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, com a finalidade de ser fonte de recursos para financiar ações de combate à corrupção. A senadora Simone Tebet elogiou a aprovação da matéria. “A criação deste fundo vai permitir que a política nacional de combate à corrupção não pare”, disse, lembrando que recursos orçamentários são contingenciados, especialmente em períodos de crise. Resta saber quem garantirá que o fundo será, de fato, usado para o combate à corrupção, ou se será mais um “fundo” desviado para fins escusos.

Zeca

O ex-governador e deputado federal Zeca do PT toma posse hoje da presidência do Diretório Regional do PT de Mato Grosso do Sul. A solenidade acontece às 19h, no Plenarinho da Câmara Municipal. Zeca foi eleito em maio, após derrotar o ex-prefeito de Mundo Novo Humberto Amaducci na etapa estadual do 6º Congresso Nacional Marisa Letícia Lula da Silva. Ele substituirá no próximo duênio o ex-deputado federal Antônio Carlos Biffi, que conduziu o partido nos últimos dois anos.

Bancos públicos

O deputado estadual João Grandão (PT) destacou a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento do país. Segundo ele, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são os responsáveis por 56% dos financiamentos de créditos. “Esses dois bancos públicos são responsáveis pelos maiores financiamentos na área habitacional, de saneamento e no setor agropecuário, tanto para os grandes quanto para pequenos produtores. Os bancos são fundamentais para o desenvolvimento social, pois muitas das vezes são os responsáveis por oferecer a única linha de crédito com juros acessíveis para os mais necessitados”, disse o parlamentar.

Ruskies

O presidente Michel Temer (PMDB-SP) foi alvo de um discreto protesto durante a homenagem ao soldado desconhecido, ontem, em Moscou. “Fora Temer” gritaram duas vozes femininas de uma ponte distante na frente do túmulo, que fica no jardim Alexandrovski, junto à muralha do Kremlin. É difícil saber se o presidente ouviu os gritos, dado que a banda militar tocava o clássico “Katiucha” no momento.

Vaga no TCE

A conselheira Marisa Serrano, do TCE, completou ontem 70 anos e pode solicitar sua aposentadoria abrindo vaga na corte para que a Assembleia Legislativa indique um substituto. Acordo entre o Executivo e o Legislativo estaduais apontam que o nome da vez é o do deputado estadual Flavio Kayatt (PSDB).

Imortal

O senador Pedro Chaves (PSC) foi eleito o mais novo membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Ele assumirá a Cadeira nº 19 da instituição, anteriormente ocupada pela escritora e professora Maria da Glória Sá Rosa. “É uma honra e uma responsabilidade muito grande entrar para a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e ocupar a mesma cadeira da minha querida amiga Glorinha Sá Rosa, uma referência da cultura em nosso Estado”, disse.

Sem partido, sem debate, sem nada

O vereador Vinicius Siqueira (DEM) reapresentou o projeto de lei 8.519/17, que institui no âmbito do sistema municipal de ensino, o “Programa Escola Sem Partido”. Apresentado pela primeira vez na Câmara em 2016, pelo ex-vereador e atual deputado estadual Paulo Siufi (PMDB), o projeto chegou a ser aprovado, mas foi vetado pelo ex-prefeito Alcides Bernal (PP). Siqueira garante que o “novo” projeto é mais flexível.

Não me lembro sequer de ter conversado sobre isso com ele, mas certamente não houve interferência

HENRIQUE MEIRELLES, ministro da Fazenda, negando que Lula tenha influenciado nas políticas de regulação e fiscalização do Banco Central.

Lava Jato

STF decide hoje se mantém Fachin à frente de casos ligados à JBS

Plenário analisa questionamentos de Azambuja sobre conexão da delação com a Lava Jato

Victor Barone

O STF (Supremo Tribunal Federal) adiou para hoje a decisão sobre a permanência do ministro Edson Fachin –relator da Operação Lava Jato na Corte– na condução das investigações ligadas à delação dos donos da JBS. Ontem, dois ministros votaram pela permanência: o próprio Fachin e Alexandre de Moraes. Os dois também votaram contra a revisão dos benefícios concedidos aos executivos da JBS negociados com o Ministério Público no momento da homologação (validação jurídica do acordo). Faltam os votos dos outros nove ministros do STF.

A análise do STF responde aos questionamentos feitos neste mês pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB), que alegava que Fachin não deveria ter sido designado sequer para homologar (validar) a delação, por não haver conexão entre

boa parte dos casos narrados pelos executivos da JBS com os desvios na Petrobras, principal foco da Lava Jato. Para Azambuja, deveria ter ocorrido um sorteio entre os 11 ministros do STF para definir quem seria o relator. A defesa cita outras vezes em que o próprio STF decidiu tirar casos da Lava Jato por entender que o fato de terem surgido em delações ligadas ao caso não se tratava dos mesmos assuntos.

Segundo os delatores da JBS, Azambuja e o ex-governador André Puccinelli (PMDB)

receberam R\$ 150 milhões entre 2007 e 2016 em troca de benefícios fiscais para a empresa. Como governadores não são processados no STF, Fachin enviou as informações para o STJ (Superior Tribunal de Justiça). Procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato afirmaram ontem que a possibilidade de revisão dos acordos de delação premiada irá dificultar ou até impedir o avanço das investigações. Para eles, as delações são “o motor propulsor” da Lava Jato, e a mudança “destruiria o ambiente e a se-

gurança favorável” à sua re-alização. Com a possibilidade de revisão, potenciais delatores teriam menos segurança de que os acordos seriam cumpridos. Especificamente em relação à delação da JBS, os procuradores afirmaram que uma eventual revisão ou anulação do acordo poderia “deixar a descoberto” as provas e informações recebidas até aqui. “Você quer que finjamos não ver o ex-deputado Rocha Loures correndo com 500 mil reais nas ruas de São Paulo?”, escreveram os procuradores.



Lula Marques/AGPT/Fotos Públicas

Os ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin já se pronunciaram ontem. Hoje, outros nove darão o seu voto

Corrupção

Presidente do STJ diz que denúncias contra governadores não ficarão paradas na corte

A presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministra Laurita Vaz, disse ontem que as novas denúncias contra governadores que chegarem ao tribunal não ficarão paradas na Corte Especial –instância responsável por apreciar as acusações de crimes comuns atribuídos a chefes dos Executivos estaduais.

“Elas estão chegando ao STJ e sendo distribuídas. Com certeza, da forma como o tribunal trabalha, serão julgadas com oportunidade de ampla

defesa, mas não ficarão paradas, não serão acomodadas no STJ”, declarou a ministra.

Desde o início de maio, quando o plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que o STJ não precisa da aprovação das Assembleias Legislativas estaduais para instaurar processos contra governadores suspeitos da prática de crimes comuns, a decisão sobre receber ou não essas denúncias depende exclusivamente da Corte Especial do STJ. Atualmente, pelo menos 13 pedidos de investi-

gação contra 9 governadores já foram convertidos em ação penal e aguardam decisão da Corte Especial.

No dia 11 de abril, o ministro Luiz Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que as denúncias contra nove governadores citados nas delações de ex-executivos da Odebrecht fossem remetidas ao STJ e que fossem abertos inquéritos contra mais três governadores: são eles Renan Filho (Alagoas); Robinson Faria (Rio

Grande do Norte), Tião Viana (Acre), Ricardo Coutinho (Paraná), Marconi Perillo (Goiás), Simão Jatene (Pará), Confúcio Moura (Rondônia), Beto Richa (Paraná), Fernando Pimentel (Minas Gerais), Waldez Góes (Amapá), Paulo Hartung (Espírito Santo), Marcelo Miranda (Tocantins) e Wellington Dias (Piauí).

Outras denúncias deverão chegar ao STJ em breve, em função de delações feitas por executivos da Odebrecht e da JBS no âmbito da Operação Lava Jato. (VB)

Funcionalismo

Servidores querem reunião para definir reajuste

Representantes do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul pretendem antecipar a reunião com o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) para definir o índice de reajuste salarial após o Senado aprovar o projeto sobre a renegociação de dívidas dos Estados com bancos, entre eles o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Com a proposta de “reajuste zero” ao funcionalismo público neste ano, o fórum lançou campanha salarial unificada pela reposição inflacionária que culminou numa reunião com o governador no dia 9. Na ocasião, Azambuja recuou do “reajuste zero” para evitar uma greve geral e pediu um prazo até 3 de julho para dar a resposta sobre o valor do reajuste.

“A data-base para reajuste

dos salários é maio, no entanto o governo deixou de aplicar a revisão geral anual na remuneração do funcionalismo estadual prevista na Constituição Federal”, disse Thiago Mônaco, um dos coordenadores do fórum.

Uma condição imposta pelo governo para reajustar os salários seria a renegociação de dívidas, entre elas valores relacionados ao BNDES e também de compensação por perdas com a Lei Kandir –que isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. Na terça-feira (20) o Senado aprovou o projeto de renegociação de dívidas.

Agora, o fórum vai pedir ao governo a antecipação da reunião para dar continuidade na negociação do índice do reajuste para este ano. “É preciso que o governo do Estado antecipe a

reunião para que possamos resolver logo essa situação, pois o indicativo é de uma greve geral, caso Azambuja insista em não conceder o reajuste novamente como aconteceu em 2015 e 2016”, disse Mônaco.

Ontem o governador afirmou que espera a renegociação da dívida junto ao BNDES para dar uma resposta sobre a possibilidade de conceder reajuste dos servidores estaduais.

Reinaldo Azambuja comemorou repactuação da dívida, mas quer mais

O governador comemorou a repactuação de dívida com o BNDES, mas também cobra a liberação de recursos do FEX (Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações) referentes à compensação das perdas do Estado em razão da desoneração das operações de

venda externa de grãos.

A repactuação de dívida com o BNDES vale para dívidas contratadas até dezembro de 2015. O benefício vale para as linhas de financiamento concedidas pelo BNDES, como o Proinveste e o PEF (Programa Emergencial de Financiamento), e para a linha que autoriza a contratação de crédito com recursos do BNDES para financiar obras do PAC, do Minha Casa Minha Vida e de projetos de mobilidade urbana da Copa.

A reivindicação do governador Reinaldo Azambuja é para que nessa repactuação sejam considerados todos os financiamentos, atendendo a todos os Estados e não apenas onde foram realizadas obras para a Copa do Mundo. MS tem três contratos de financiamento com o BNDES, no total de R\$ 1,2 bilhão. (VB)